AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS

População escrava na região das Missões (Rio Grande de São Pedro, século XIX)

Leandro Goya Fontella[1]

Resumo: A presença de escravos de ascendência africana na estrutura social e econômica da região das Missões no decorrer do século XIX constitui-se na temática deste artigo. A região em foco se caracterizou por uma estrutura produtiva agrícola e, sobretudo, pastoril, compondo uma das zonas de abastecimento do mercado interno no sul do Brasil Imperial. O exame serial e quantitativo de inventários *postmortem*, de registros de batismos e de dados censitários indica que a população escrava esteve presente em tal área desde o início do século XIX – quando começou a colonização portuguesa e brasileira naquele espaço –, e que era predominantemente crioula devido à reprodução natural.

Palavras-chave: escravismo; Brasil meridional; história serial; inventários *post-mortem*, registros de batismos.

Abstract: The presence of slaves of African descent in the social and economic structure of the region of the Missions in the nineteenth century constitutes the theme of this article. The region in focus was characterized by a structure agricultural and, above all,pastoral production, composing one of the supply areas of the internal market in southern Brazil Imperial. The serial and quantitative examination of *post mortem* inventories, records of baptisms and census's data indicates that the slave population was present in this area since the early nineteenth century – when began the colonization Portuguese and Brazilian in the space –, and it was predominantly creole due to natural reproduction.

Key words: slavery; southernBrazil; serial history; *post-mortem* inventories, records of baptisms.

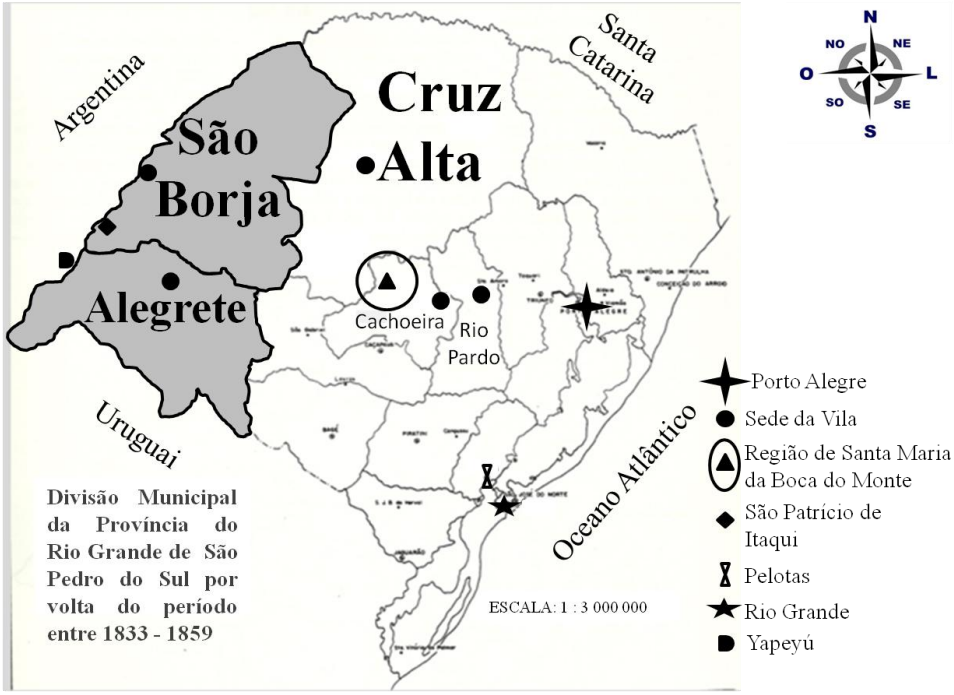
Introdução

No início do século XIX, os luso-brasileiros anexaram aos domínios da Coroa portuguesa o chamado Espaço Oriental Missioneiro.[2] A partir de então, em meio a um contexto de endemia bélica e instabilidades institucionais, ocorreu gradativamente o avanço do povoamento luso-brasileiro sobre a região onde se localizava os Sete Povos Orientais do Rio Uruguai e suas estâncias, na qual ainda habitava expressiva quantidade de guaranis

[1] Mestre em História pela UFRGS. Doutorando em História Social pela UFRJ. Contato: leandro-goya@hotmail.com

[2] "O Espaço Oriental Missioneiro compreendia boa parte da atual fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Era formado pela província de Missões e pelos campos ao sul do Ibicuí. A primeira correspondia, segundo Silva (1916), ao território limitado pela barra do Ibirapuitã, seguindo o Ibicuí em direção leste até a confluência com o Toropy e por este até a Serra Geral. Em 1834, foi submetida ao recém-criado município de São Borja [área de análise específica deste artigo]. Já ao sul do Ibicuí, limitados a oeste pelo Ibirapuitã e a leste pelos rios Vacacaí e Camaquã, estavam os preciosos campos ocupados pelas grandes estâncias missioneiras que mais tarde fizeram parte do município de Alegrete" MENZ (2002, p. 160) (nota 1). Pode-se dizer que esta região compreendia significativa parte da atual fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Nesta pesquisa nos concentramos na análise do território que correspondia a Vila de São Borja.Ver mapa 1.

missioneiros (descendentes daqueles que haviam passado pelo processo reducional do século XVII e XVIII).



Fonte: Adaptação de Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841; MironZaions, 1979.

Mapa 1 – Divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1833 – 1859)[3]

Passando pelo Espaço Oriental Missioneiro em 6 de fevereiro de 1821, Auguste de Saint-Hilaire relatou no seu diário de viagem a passagem abaixo:

> os estancieiros desta região *que não têm escravos* aproveitam a emigração dos índios para ficar com alguns como peões. Os guaranis são, segundo testemunho geral, muito indicados para esse serviço; montam bem a cavalo, gostam imensamente desse exercício e muitos sabem domar cavalos. Sua perfeita docilidade é outra condição que os faz procurados para trabalhar nas estâncias (SAINT-HILAIRE, [1821] 2002, p. 305-306) [*grifos meus*].

Em primeiro lugar, é interessante notar que Saint-Hilaire relata que "os estancieiros desta região que *não têm escravos* aproveitam a emigração dos índios para ficar com alguns como peões" (SAINT-HILAIRE, [1821] 2002, p. 249) [*grifos meus*]. Ora, se o viajante francês escreveu que havia *estancieiros que não tinham escravos*, é porque, seguramente, também existiam estancieiros que os possuíam. Em segundo lugar, conforme Paulo A. Zarth ([1994] 2002, p. 116), foi a partir da interpretação que Fernando Henrique Cardoso ([1962]

[3] Esclarece-se que as divisões municipais apresentadas no mapa 2 são apenas aproximações. Entre 1833 e 1859 diversos municípios foram sendo criados, modificando a divisão municipal exposta neste mapa. É o caso, por exemplo, de Uruguaiana, município criado em 1846 na porção oeste da Vila de Alegrete. No entanto, o território sob jurisdição da Vila de São Borja somente foi sofrer alterações em 1858, quando foi criada a Câmara de Vereadores da Vila de São Patrício de Itaqui, a qual só foi instalada em 1859.

2003) fez de diversos fragmentos como este da obra do viajante francês que se difundiu largamente a ideia da inexistência de cativos de ascendência africana no Espaço Oriental Missioneiro. Em diversas passagens de sua tese, Cardoso argumenta neste sentido:

> no século XIX os viajantes que percorreram as áreas recém-incorporadas à Província ou à Capitania registraram a presença dos negros nas atividades econômicas. Estas observações são válidas mesmo para *as regiões missioneiras e para as fronteiras de Corrientes e do Uruguai, onde a abundância de mão-de-obra indígena tornava praticamente desnecessária a escravidão negra* (CARDOSO, [1962] 2003, p. 60) [*grifos meus*].

Em outro trecho, o autor coloca que:

> depois que Saint-Hilaire visitou a Cisplatina, retornou ao Brasil pela fronteira do Rio Uruguai, marginando-o acima do Ibicuí. Nesta região, demandando as Missões, não registra a presença de negros nas estâncias. [...]. *Nas margens do Uruguai e nas Missões os peões eram, pois, índios*. Utilizavam-se os índios, algumas vezes a troco de salários que variavam de oito a doze patacas por mês (CARDOSO, [1962] 2003, p. 73-74) [*grifos meus*].

Ao encerrar sua argumentação sobre a utilização de escravos negros, Fernando Henrique Cardoso defendeu que:

> em suma, os dados indicados parecem confirmar que o escravo negro supriu basicamente o mercado de trabalho nas zonas de povoamento antigo. Nessas, tanto nas lides urbanas como na agricultura e na atividade pastoril – a partir do momento em que a criação se transformou em faixa rotineira que se contrapunha às antigas arreadas impetuosas – houve o aproveitamento regular da mão-de-obra escrava. Nas áreas que se incorporaram à economia rio-grandense nos fins do século XVIII e primórdios do século XIX, onde se repetia, neste período, a aventura da conquista e da preia ao gado, a presença do negro foi mais ocasional que rotineira, sendo mais aproveitado na qualidade de doméstico que na de peão (CARDOSO, [1962] 2003, p. 76-77).

Porém, para o autor:

> excetuam-se deste quadro, finalmente, a zona missioneira das fronteiras do Uruguai e da Argentina (tão móveis, então) onde a influência das reduções jesuíticas havia sido dominante. Nestas últimas à medida que as diversas regiões que a compuseram foram sendo incorporadas à economia luso-brasileira, uma espécie de escravidão dissimulada sujeitava os indígenas ao trabalho nas estâncias. Posteriormente, a partir do segundo quartel do século XIX, o desenvolvimento da economia pastoril e a incorporação efetiva das 'zonas fronteiriças' [...] ao sistema político e administrativo do Rio Grande redefiniram o padrão de organização da atividade econômica das estâncias da região, no sentido do emprego de mão-de-obra indígena na condição assalariada (CARDOSO, [1962] 2003, p. 77) [*grifos do autor*].

Com base nestes argumentos, Jacob Gorender ([1978] 1988, p. 437), em seu estudo clássico sobre o escravismo colonial, adotou esta mesma perspectiva sobre a mão-de-obra na região das Missões. Paulo Zarth já havia notado esta circunstância ([1994] 2002, p. 116). Por

sua vez, Mario Maestri Filho (1984, p. 45-53), abordando as regiões pastoris de fronteira do Rio Grande de São Pedro, retomou o argumento de Décio Freitas (1979; 1980) sobre a inviabilidade da manutenção de um aparato de vigilância e coerção na atividade pecuária nestes espaços. Nesse sentido, o autor defendeu que, sempre que possível, os guaranis missioneiros e os gaúchos castelhanos foram incorporados às práticas pastoris. No entanto, a presença destes sujeitos não necessariamente excluía o emprego de escravos pelos produtores.

Entendo que Fernando Henrique Cardoso acabou interpretando as passagens de Saint-Hilaire de maneira literal. Sendo assim, concluiu que o grosso da mão-de-obra empregada nas estâncias estabelecidas na região das Missões teria sido composta por guaranis. Além disso, o consenso sobre a ausência de escravos nessa região foi elaborado a partir de uma vulgar generalização temporal. É importante lembrar que Auguste de Saint-Hilaire viajou pelo Rio Grande de São Pedro – incluindo a província de Missões – e pela então Província da Cisplatina (1820 – 1828) – atual República do Uruguai – entre os anos 1820 e 1821. Entretanto, a partir de seus relatos acabou se produzindo um consenso histórico para todo o período escravista do século XIX. Para Zarth, a observação de tal viajante francês "não pode ser generalizada para todo o período oitocentista, como fizeram vários autores" ([1994] 2002, p. 117).[4]

Contudo, é necessário, também, que se faça justiça a Fernando Henrique Cardoso e a Mario Maestri Filho. Mesmo que tenham sido praticamente conclusivos sobre a ausência da escravidão negra no Espaço Oriental Missioneiro, no que se refere ao emprego de cativos no restante das regiões pastoris sul rio-grandenses, ambos os autores alertaram para a falta de estudos monográficos que explorassem a documentação coeva. Em sua tese datada de 1962, Cardoso sublinhou que, "o levantamento sistemático dos inventários e testamentos dos estancieiros gaúchos poderia trazer muita luz para a compreensão da atividade e da organização das estâncias. Infelizmente esta documentação jaz inédita nos arquivos" (CARDOSO, [1962] 2003, p. 95-96 [nota 49])[5]. Duas décadas mais tarde, Maestri Filho voltou a sugerir que "respostas definitivas sobre o papel do escravo nos pampas, principalmente nos últimos decênios do séc. XVIII, só serão alcançadas com a publicação e tratamento sistemático dos papéis desta época, principalmente os inventários" (MAESTRI FILHO *apud* OSÓRIO, [1999] 2007, p. 149). Helen Osório já havia enfatizado estas ressalvas feitas por Cardoso e Maestri Filho. Segundo a autora, "ainda que, em 1962, Cardoso

[4] Paulo A. Zarth não específica quem são esses *vários autores*. Entretanto, acredito que ele esteja se referindo, principalmente, a Fernando Henrique Cardoso, Décio Freitas e Mario Maestri Filho.
[5] A nota 49 do capítulo 1 está referenciada na página 76.

sugerisse, em seu livro, a utilização de inventários e testamentos para dirimir a questão, pouco foi feito ([1999] 2007, p. 148–149).[6]

Até esta constatação ter sido feita por Helen Osório, somente Paulo Afonso Zarth ([1994] 2002) tinha se dedicado a examinar o caráter escravista da pecuária sul rio-grandense através de documentos contemporâneos como, por exemplo, os inventários *post-mortem*. Depois dos estudos pioneiros de Zarth seguiram-se as importantes pesquisas de Helen Osório ([1999] 2007), Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010a) e de diversos outros autores que na última década vêm demonstrando o caráter escravista das regiões de pastoreio do Rio Grande de São Pedro.[7]

No que tange a existência da mão-de-obra escrava na região das Missões, Zarth foi o primeiro autor a mostrar que a utilização de escravos nos estabelecimentos produtivos de tal área foi significativa e constante ZARTH ([1994] 2002, p. 116 - 123). Para ele,

> não há motivos para supor que os estancieiros da região das Missões não utilizassem cativos. Estâncias pastoris, como quaisquer outras, faziam parte de uma sociedade que adotava um modelo produtivo no qual o uso de escravos era algo comum. Seria muito estranho que, numa mesma província, numa mesma atividade econômica, ocorressem dois sistemas distintos de relações de trabalho. Ao contrário, as fontes levantadas revelaram a presença regular de escravos nos estabelecimentos da região ([1994] 2002, p. 117).

No entanto, em sua pesquisa, Zarth abordou todo o Rio Grande de São Pedro e não exclusivamente a região das Missões. Portanto, o autor não desenvolveu uma pesquisa sistemática sobre larga base empírica da região. Ademais, as fontes compulsadas pelo autor se referem apenas a segunda metade do Oitocentos, logo, suas análises não contemplam o período anterior a 1850.

No presente texto, busco examinar evidências empíricas que indicam que cativos de ascendência africana estiveram presentes na região desde os primórdios da ocupação luso-brasileira nas primeiras décadas do Oitocentos. Além disso, procuro demonstrar que até meados do século XIX se consolidou um núcleo populacional estável de escravos no espaço analisado.

[6] Na nota 124 da página 149, Osório citou os mesmos fragmentos de Cardoso e Maestri Filho.
[7] Destaca-se: SILVEIRA GUTERRES (2005); ARAÚJO (2008); TEIXEIRA (2008); PETIZ (2009); PERUSSATO (2010) e ZETTEL (2011).

O perfil econômico da região das Missões em meados do Oitocentos[8]

A diversidade econômico-produtiva foi uma característica significativa na zona das Missões no período considerado neste estudo. Diversas atividades produtivas animavam a estrutura econômica da região, em destaque: pecuária *vacum*, criação de mulas, agricultura e produção de farinha, extrativismo da erva-mate e produção de couros.

O pastoreio bovino por ser mais rentável foi a prática produtiva mais recorrente. Como na maioria das regiões pastoris do Rio Grande de São Pedro, a distribuição dos recursos produtivos (por exemplo, gado, terra e escravos) se deu de forma bastante desigual. Identifiquei uma estrutura composta por poucos grandes estancieiros que concentravam a maior parte do rebanho e grandes extensões territoriais, e uma ampla quantidade de criadores de poucas reses, que em sua maioria era detentora de pequenos lotes de terras. Em uma perspectiva comparativa, a pecuária bovina da zona missioneira era mais modesta do que a desenvolvida na região da Campanha, onde se encontravam os melhores campos para a atividade pastoril, condição que possibilitou uma maior especialização dos produtores nesta atividade, porém, maior do que a praticada na região do Planalto.[9]

Já em relação à criação de mulas, ela esteve bastante difundida pela região, e quase na absoluta maioria dos estabelecimentos produtivos em que se produziam mulas, esta atividade dividia espaço com a pecuária bovina. Em comparação a esta, a criação de gado muar não atingiu a mesma monta econômica. No entanto, representou uma das estratégias mais viáveis para diversificar a produção e ampliar o espectro de possibilidades econômicas e produtivas dos produtores que buscavam se tornar menos vulneráveis diante das precariedades do universo agrário em que habitavam. A disseminação da criação de mulas me leva a crer que se tratava de um ramo de produção comercialmente atrativo e economicamente viável. Portanto, acredito que os volumes de produção não se fizeram desprezíveis, pois se não tivesse sido assim, uma atividade com considerável grau de especialização e investimento não teria se disseminado por boa parte das unidades de produção. Em comparação com regiões vizinhas a Vila de São Borja, pude perceber que a pecuária muar da região das Missões era bem mais

[8] Os argumentos defendidos nesta seção se baseiam nos resultados obtidos em estudo anterior,em virtude das exigências dimensionais do artigo não apresento a base empírica e o tratamento metodológico que me levaram a chegar em tais conclusões. Ver: FONTELLA (2013), em especial o capítulo 1(p. 26-106).

[9] Este quadro comparativo foi elaborado através da confrontação dos resultados de pesquisa com os estudos de ARAÚJO (2008) e FARINATTI ([2007] 2010). Enquanto Araújo focou sua investigação na Vila de Cruz Alta na região do Planalto sul rio-grandense, as análises de Farinatti recaíram sobre a Vila de Alegrete, localizada na região da Campanha sul rio-grandense. Portanto, salvo indicação específica, sempre que estiver me referindo às regiões do Planalto ou da Campanha, estou fazendo referência aos trabalhos destes autores. Sobre o pastoreio bovino na região das Missões ver: FONTELLA (2014a).

robusta do que a praticada na Campanha, e pouco mais acanhada da desenvolvida no Planalto, região que havia se tornado em um importante entreposto do circuito comercial da Feira de Sorocaba, onde o gado muar era comercializado.[10]

No tocante à agricultura, segundo os relatos de contemporâneos, o milho, a mandioca, o feijão, o arroz, o trigo e a melancia foram os principais gêneros produzidos na região. Em significativa parte das unidades de produção, as práticas agrícolas se faziam presentes quase sempre coexistindo com atividades pastoris (*vacum* e muar). Por meio delas, os produtores procuravam dar conta de parte de suas necessidades de produtos alimentícios, e os excedentes eram destinados aos mercados regionais da região da Campanha, que possuía produção agrícola bem inferior à constatada para a zona missioneira; mas certa quantidade dos excedentes tambémera exportada à região platina através dos portos do rio Uruguai. O dinamismo deste comércio ensejava uma intensa interação entre os produtores de diferentes envergaduras econômicas, já que, nem uns, nem outros tinham a capacidade de autossuficiência, e por isso precisavam recorrer ao mercado. O viés comercial da agricultura é endossado pela importante presença de atafonas, moinhos, fornos e fábricas de farinhas nos documentos patrimoniais como os inventários *post-mortem* e em registros administrativos oficiais como relatórios da Câmara Municipal. De acordo com Luís Augusto Farinatti, "a presença de atafonas e moinhos indica a fabricação de farinha de mandioca ou de trigo, apontando para um sentido mais comercial da produção" (FARINATTI, [2007] 2010, p. 127).

Um aspecto que merece destaque especial é que a diversificação produtiva no interior dos estabelecimentos rurais foi bastante comum entre todos os produtores da região, independente da dimensão de seu patrimônio produtivo. Isto sugere que a diversificação produtiva se erigiu em uma estratégia que a grande maioria dos produtores buscava colocar em prática. Na região das missões não houve a formação grupos sociais estanques em termos de práticas produtivas. Não havia, por exemplo, um grupo só de lavradores, outro só de criadores de mulas ou ainda outro só dedicado ao pastoreio de reses. A diversificação produtiva ocorreu internamente aos estabelecimentos produtivos. Não há dúvidas que a pecuária bovina era a atividade mais recorrente, a que concentrava os maiores investimentos e a que gerava os maiores rendimentos. Mas, nem por isso, ela foi capaz de conter o desenvolvimento de outros nichos de produção que diversificavam a matriz produtiva e se ligavam a circuitos comerciais alternativos.[11]

[10] Sobre a criação de mulas na região das Missões ver: FONTELLA (2014b).
[11] Sobre as atividades agrícolas na região das Missões ver: FONTELLA (2015) [no prelo].

Além de tudo isso, ainda havia a produção de erva-mate e, em menor escala, de couro e subprodutos do gado. Estas atividades se constituíram em outros nichos produtivos que, dado aos poucos investimentos que exigiam, abriram possibilidades a um grande número de produtores pobres, mas que não excluía os produtores de maior envergadura, embora se dedicassem a eles com menor frequência. Em especial, o processo de produção e exportação da erva-mate movimentava uma complexa cadeia de agentes, desde os coletores, que faziam a extração do mate nos ervais, passando pelos comerciantes regionais, se estendendo pelos encarregados dos transportes (terrestre e fluvial) do produto, até chegar as diversas praças comerciais distribuídas pela bacia do Prata.

Vale ressaltar ainda que os diferentes processos produtivos desenvolvidos na região missioneira se vinculavam a diferentes circuitos comerciais: a pecuária bovina se ligava ao complexo porto-charqueador do leste da província, a pecuária muar a Feira de Sorocaba, as produções de gêneros agrícolas e de farinhas voltadas principalmente à região da Campanha e, por fim, a erva-mate e couros que se destinavam à região platina. Este cenário se torna ainda mais complexo quando lembramos que muitos destes produtores se articulavam a todos estes circuitos, ou, ao menos, a alguns destes.

As estatísticas populacionais do século XIX: problematizações e lacunas

Do início do século XIX até o fim da década de 1850 quase não se conta com informações censitárias sobre a população que habitava a região das Missões. Além disso, os dados demográficos que se tem acesso, oriundos dos censos de 1814, 1846 e 1858, são bastante imprecisos. Mesmo consciente de que as informações contidas nos levantamentos estatísticos do período são bastante frágeis, entendo que podem ser úteis, senão para estabelecer um perfil exato, ao menos para obter-se uma ideia aproximada do universo populacional da área.

O censo de 1814 apresenta alguns dados interessantes que podem ser problematizados.

Quadro 1 – População da Província de Missões (1814)

Indígenas	6.395
Brancos	824
Livres de cor	77
Escravos	252
Recém nascidos	403

Censo de 1814. In: Fundação de Economia e Estatística [doravante, FEE]. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** -

> Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 50.

Como era de se esperar, em 1814, o universo populacional da Província de Missões ainda era composto predominantemente por indígenas. Os sujeitos ditos brancos (em sua maioria luso-brasileiros) ainda não haviam chegado a um mil. Por seu turno, os escravos já passavam dos 250, número que comprova a presença de cativos desde os primórdios do povoamento luso-brasileiro no Espaço Oriental Missioneiro. Considerando apenas brancos, livres de cor e escravos, os últimos representavam aproximadamente 22% dos novos povoadores da região. Este número se torna ainda mais representativo quando se considera que muitos daqueles *brancos* eram soldados, que estavam destacados para guarnecer uma área que não se tinha certeza de que continuaria sob o domínio luso-brasileiro, e não povoadores efetivos. De passagem por São Borja sete anos após o censo, Auguste de Saint-Hilaire afirmou em diversas passagens o caráter militar da região. Em 19 de fevereiro de 1821 o botânico francês destacou que uma das coisas que mais lhe impressionava era:

> o aspecto militar sob o qual ela [a Vila de São Borja] se apresenta[va]. Veem-se aí apenas soldados e fuzis; a cada passo encontramos sentinelas e, diante da casa do comandante, outrora residência dos jesuítas, estão alinhados vários canhões (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 270).

Três dias depois, o viajante voltara a se referir ao militarismo do local, "[...] este lugar só pode ser considerado atualmente uma praça de guerra. Encontram-se aí a residência do comandante da província, onde está acantonado o regimento dos guaranis, e a casa do coronel do regimento de milícias, da qual há sempre um destacamento na aldeia" (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 276). Já no segundo dia de março, Saint-Hilaire alertava que era "extremamente necessário diminuir o aspecto militar desta província. [...]. Os *brancos* [estão] sempre empregados no serviço militar [...]" (2002, p. 279) [*grifos meus*]. No período em que Saint-Hilaire passou pela região, há pouco ela havia sido convulsionada pelas contendas decorrentes do movimento artiguista que buscava formar uma república independente no espaço que compreendia a Banda Oriental (atual República do Uruguai) e a região dos 30 povos das Missões.

Mas o contexto histórico da região continuou sendo pautado pela guerra até meados do século XIX. Ao longo do período abordado em nosso exame, diversos conflitos afetaram a vida de quem habitava na região das Missões. Pouco tempo depois do fim do artiguismo, ocorrido, *grosso modo*, entre 1811-1820, eclodiu a Guerra da Cisplatina (1825-1828), posteriormente, a Guerra dos Farrapos (1835-1845) mergulhou a província do Rio Grande de

São Pedro em uma década de conflitos, mais tarde ainda desenrolou-se a Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Para além das contendas que envolviam diretamente os sul rio-grandenses, os inúmeros conflitos nos Estados platinos, como, por exemplo, a Guerra Grande (1839-1851) no Uruguai, exigiam uma constante mobilização militar na província, em especial nas áreas de fronteiras como a região das Missões, pois podiam causar, e até mesmo causavam, diversas consequências no Rio Grande de São Pedro.[12]

Retomando os dados do quadro 1, considerando o contexto de endemia bélica, o significativo número de escravos apontados pelo censo de 1814 mostra que desde o início do povoamento luso-brasileiro o trabalho cativo foi fundamental para dar conta da produção dos estabelecimentos produtivos dos novos povoadores. Muito provavelmente, a oferta de trabalhadores livres estáveis era muito inconstante e cara naquela conjuntura de frequente belicosidade. Desse modo, os dados deste censo insinuam que a mão-de-obra cativa se configurou na forma mais segura de atender a demanda por trabalhadores estáveis frente a um quadro de guerra constante e incertezas institucionais.

A permanente mobilização para a guerra, sem dúvida, esteve entre os diversos fatores que afetavam a força de trabalho da população livre, tornando-a inconstante e insuficiente para atender a demanda produtiva tanto das pequenas unidades de produção baseadas no trabalho familiar, quanto daqueles estabelecimentos que necessitavam de mão-de-obra para além do grupo doméstico. Neste contexto, possivelmente, o elemento servil representava a possibilidade mais segura de contar com trabalhadores estáveis nos estabelecimentos produtivos. Isto, entretanto, não exclui nenhum outro tipo de mão-de-obra. Como alguns autores têm demonstrado, a estrutura laboral das estâncias era composta pela conjugação do trabalho escravo com formas de trabalho livre (familiar, assalariado, agregados) e adequada conforme as necessidades específicas de cada unidade de produção (OSÓRIO [1999] 2007; FARINATTI [2007] 2010a; ARAÚJO 2008; FONTELLA, 2013). Assim, a necessidade de dispor de trabalhadores estáveis fez com que ao longo da primeira metade dos oitocentos se constituísse, na região das Missões, um importante contingente populacional cativo.

Em 1858, foi elaborado o *Mapa estatístico da população da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o total de livres libertos e escravos* [doravante *Mapa estatístico de 1858*]. Os números apresentados no quadro 2 apontam o contingente populacional da Vila de São Borja segundo a condição jurídica dos indivíduos.

[12] Sobre os inúmeros conflitos na região platina na primeira metade do século XIX ver: Bandeira Moniz (1998) e Golin (2002),

Quadro 2 – População da Vila de São Borja segundo a condição jurídica (1858)

Livres		Libertos		Escravos		Total
Nº	%	Nº	%	Nº	%	
13613	85	127	1	2254	14	16094

Fonte:*Mapa Estatístico de 1858*. In: FEE. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 69.

Após o censo de 1814, este é o primeiro levantamento que informa sobre a representatividade da população cativa no conjunto total da população da Vila. Creio, portanto, que os dados apresentados pelo *Mapa estatístico de 1858* possibilitam ter uma aproximação do perfil demográfico da região em análise em meados do século XIX. Pelas informações oriundas do *Mapa estatístico de 1858*, pode-se ver que cerca de 15% da população da Vila de São Borja estava entre os escravos e libertos, dado que mostra que ao longo da primeira metade do século XIX havia se constituído na região um considerável contingente populacional cativo.

Os números do quadro 3 indicam o equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres escravos. Esta circunstância pode ser um indício de que em São Borja, quase ao fim da década de 1850, a população escrava era composta predominantemente por cativos crioulos.

Quadro 3 – População escrava da Vila de São Borja segundo o sexo (1858)

Homens		Mulheres		Total
Nº	%	Nº	%	
1133	50	1121	50	2254

Fonte: Mapa estatístico de 1858. In: FEE. Porto Alegre, 1981, p. 69.

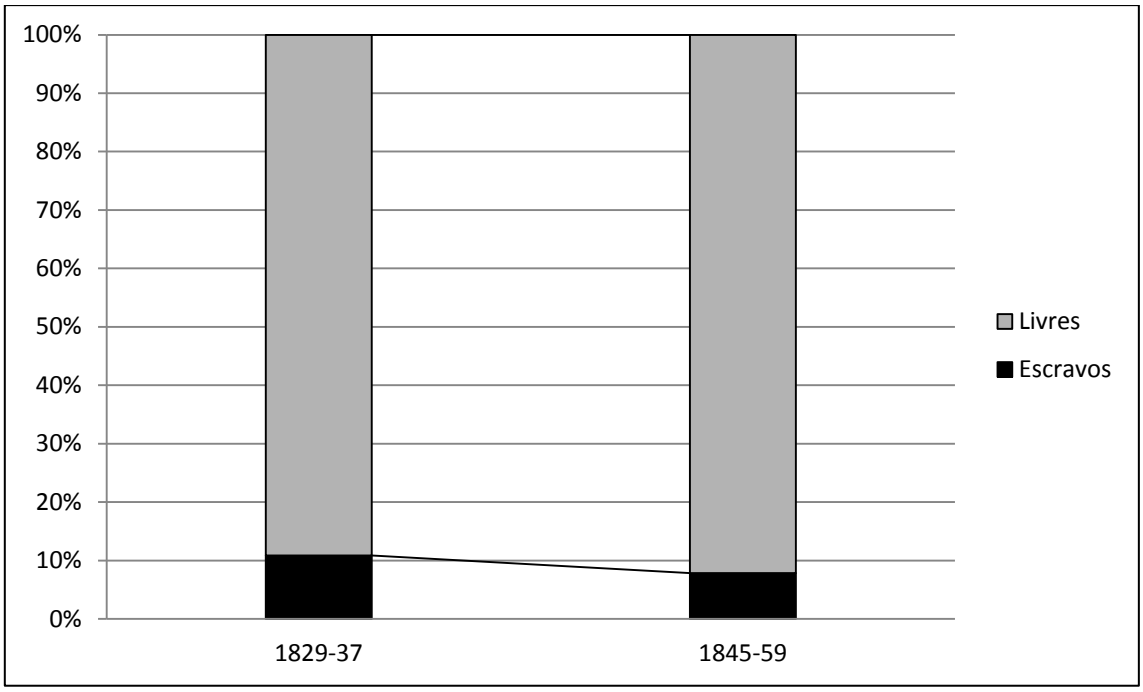
Mesmo que o quadro informativo elaborado até o momento proporcione uma visão panorâmica sobre o universo populacional da região analisada, entendo, entretanto, que em muitos aspectos ele reproduz a superficialidade dos levantamentos estatísticos com que trabalho. De certa forma, o quadro apresentado tende a ficar distorcido, já que suas informações retratam dois momentos específicos. Deste modo, não se consegue, por meio de tais levantamentos, contemplar na análise a dimensão diacrônica das transformações ocorridas no conjunto da população escrava. No entanto, estas mesmas carências de informações censitárias abrem a possibilidade de buscar as tendências demográficas, e suas transformações

ao longo do tempo,nos dados retiradosdos assentos de batismos da Matriz de São Francisco de Borja e nos inventários *post-mortem* abertos na Vila de São Borja. Por meio das informações contidas nestes documentos elaborar-se-á um perfil da população cativa que contemple as décadas anteriores ao decênio de 1850.

Braços escravos e reprodução natural na região das Missões

Passo a analisar informações oriundas dos assentos de batismos da Matriz de São Francisco de Borja, os quais foram lavrados em 05 livros distintos: o livro 1-B (1829 – 1837), o livro 3-B (1845 – 1850), o livro 4-B (1851 – 1855), o livro 5-B (1855 – 1858) e o livro 6-B (1858 – 1871), do qual extraí dados apenas dos anos de 1858 e 1859. Devido ao avançado estado de deterioração do livro 2-B (1838 – 1844), não tive como incluir os registros deste documento na pesquisa. Por consequência da lacuna deixada pela ausência das informações deste livro, defini uma análise pautada por dois períodos dentro de nosso recorte temporal (1828 – 1858): o primeiro abrange o espaço de tempo que vai de 1829 até 1837, e o segundo que se estende de 1845 até 1859. O tratamento dos dados dos inventários *post-mortem*, por sua vez, não tomou como referência esses dois intervalos, e sim períodos específicos de acordo com a especificidade deste conjunto documental. Ressalto ainda que conferi a estes conjuntos documentais um tratamento metodológico bastante específico buscando elaborar um argumento consistente através da conjugação das informações disponíveis em cada um deles. Em virtude disso, em determinados pontos da exposição dos dados e da argumentação não estabeleço diálogo com a literatura, pois os dados não encontram paralelos na bibliografia especializada.

Nos cinco livros de batismos, quantifiquei um total de 7.301 assentos de batizados. Destes, 603 são de escravos, o que representa 8% do total de batismos. Com os dados do primeiro período (1829 – 1837), ou seja, contando apenas com os registros do livro 1-B, averiguei que do total de 1.041 assentos, 113 deles são de cativos, número que representa 11% do total de registros do sub-recorte temporal. Para o segundo sub-recorte (1845 – 1859), contabilizei 6.240 assentos de batismos, dos quais 490 são de cativos. Este número, por sua vez, atinge o percentual de 8% do total de registros. O gráfico 1 apresenta um comparativo entre os dois períodos.



Fontes: Arquivo da Diocese de Uruguaiana (doravante, ADU), livros de batismos: 1-B (1829 – 1837); 3-B (1845 – 1850); livro 4-B (1851 – 1855), o livro 5-B (1855 – 1858) e o livro 6-B (1858 – 1871).

Gráfico 1 – Distribuição dos assentos de batismos segundo a condição jurídica dos batizandos (Matriz de São Francisco de Borja, 1829-37 e 1845-59)

Pode-se comparar os dados verificados para o primeiro intervalo com informações dos livros de batismo da Capela da Vila de Alegrete.[13] Exatamente no mesmo período, compareceram à pia batismal na Capela de Alegrete 1959 batizandos, dos quais 413 eram escravos.[14] Em termos proporcionais, este número representa 21% do total de assentos de batismos. Esse dado insinua que o peso populacional da população escrava na Campanha era significativamente superior do que na zona missioneira. A diferença de 10 pontos percentuais averiguados na comparação entre os batismos de escravos na Matriz de São Francisco de Borja (11%) e na Capela de Alegrete (21%) não destoa muito da diferença de 8 pontos percentuais vistos na proporcionalidade da população cativa e liberta no Mapa Estatístico de 1858 entre as duas Vilas: 15% para São Borja e 23% para Alegrete.[15] Considero que o maior vulto econômico dos produtores da Campanha, em virtude do desenvolvimento de uma

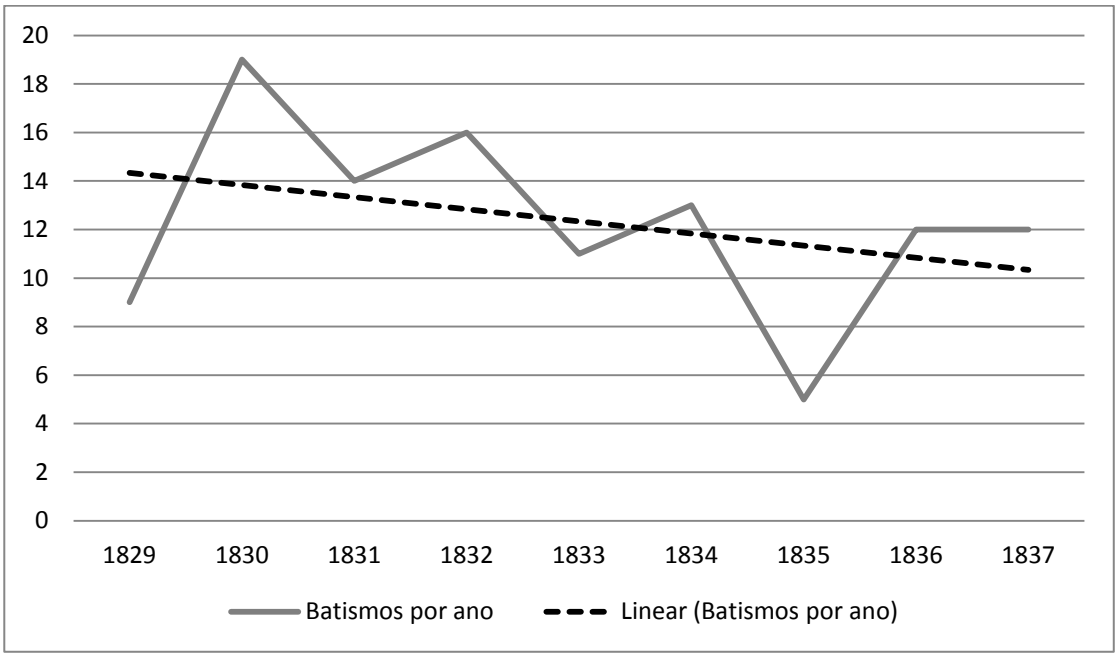
[13] Gostaríamos de agradecer ao Profº. Luís Augusto Farinatti pela gentileza e generosidade de nos ter cedido o banco de dados que elaborou com os dados dos assentos de batismos da Capela da Vila de Alegrete. Os dados que nos serviram de baliza comparativa já vêm sendo explorados por Farinatti em suas mais recentes publicações: FARINATTI (2010b; 2011a; 2011b; 2012).

[14] ADU, livro de batismos 2 da Capela da Vila de Alegrete (1829-1837).

[15] **Fonte:** *Mapa Estatístico de 1858*. In: FEE. Porto Alegre, 1981, p. 69.

pecuária bovina mais especializada, fez com que nesta região se concentrasse um número maior de escravos do que no espaço missioneiro.[16]

Voltando ao gráfico 1, embora o segundo período apresente uma queda de três pontos percentuais em relação ao primeiro, os números indicam que, ao longo dos 30 anos de nosso recorte temporal, houve um fluxo constante de registro de escravos na Matriz de São Francisco Borja. Este dado sugere que havia um núcleo populacional estável de cativos na Vila. Nos próximos dois gráficos, desdobra-se os intervalos por anos para averiguar a frequência dos batizados.



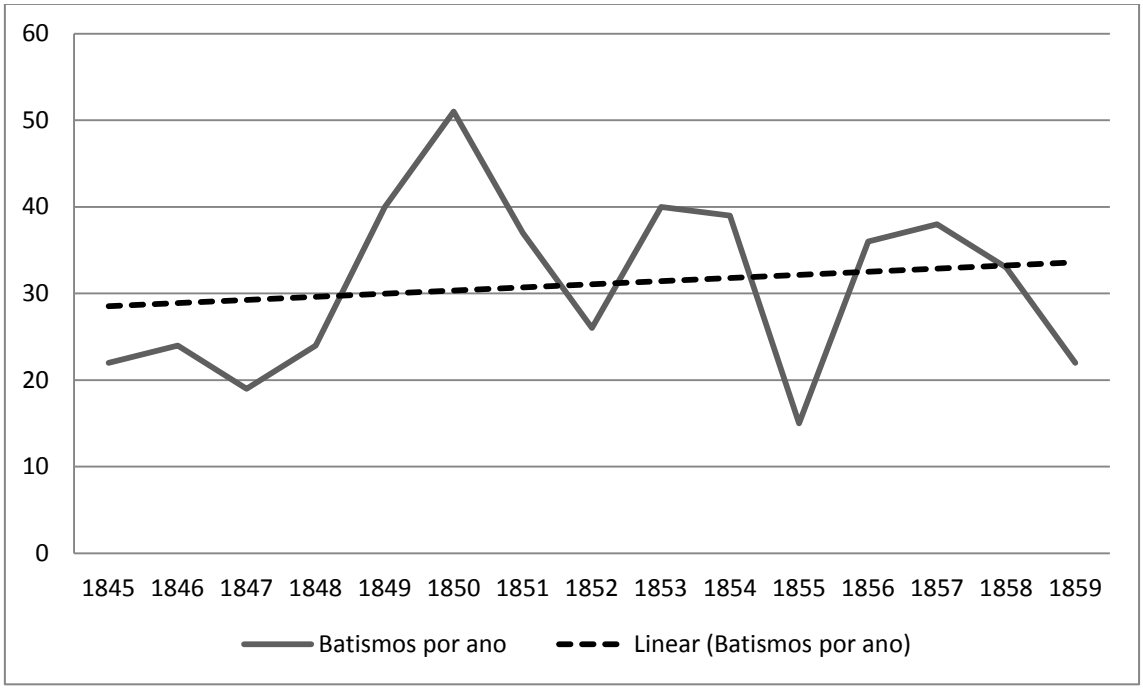
Fontes: ADU, livros de batismos: 1-B (1829 – 1837).

Gráfico 2 – Frequência dos batismos de escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1829-1837)

No primeiro intervalo considerado, apesar das flutuações, a média de batismos ficou sempre acima em 10 por ano. Já para Alegrete, como era de se esperar, essa média foi expressivamente superior, atingindo a marca de 46 batizados de escravos por ano.[17] Já no segundo período, a média de registros de batismos de escravos saltou para aproximadamente 30 por ano na Matriz de São Francisco de Borja como mostra o gráfico 3.

[16] Sobre a pecuária na Campanha sul rio-grandense ver: FARINATTI ([2007] 2010a). Sobre a pecuária na região das Missões em viés comparativo com outras áreas do Rio Grande de São Pedro, em especial a Campanha, ver: FONTELLA (2014a)

[17] ADU, livro de batismos 2 da Capela da Vila de Alegrete (1829-1837).



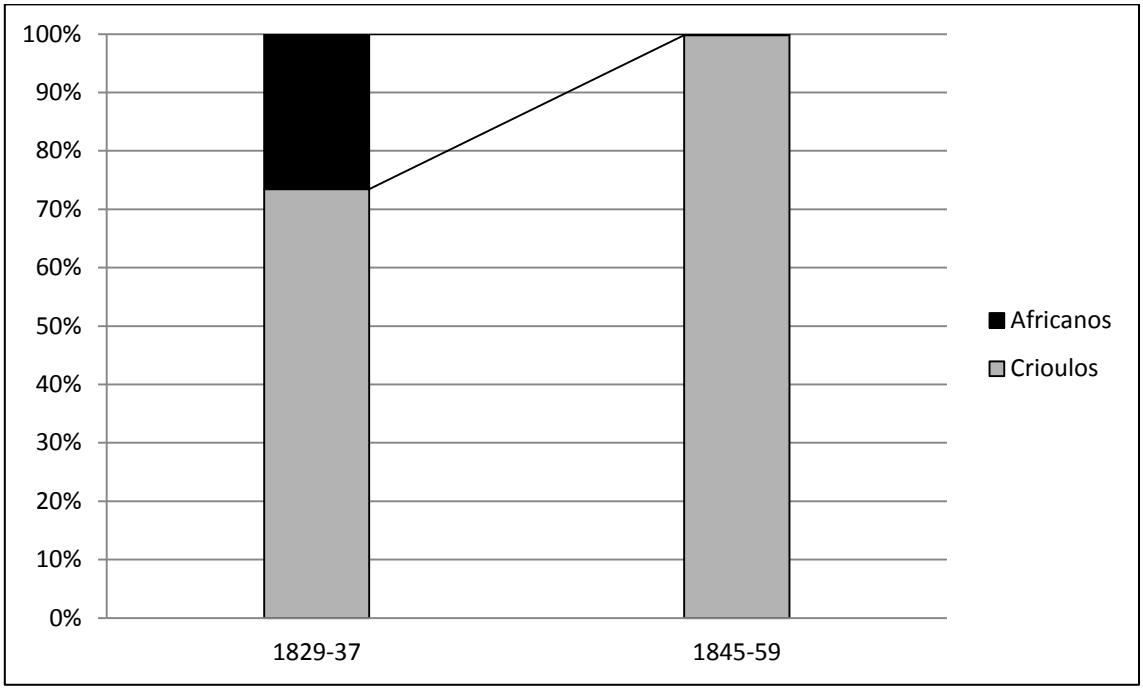
Fontes: ADU, livros de batismos: 3-B (1845 – 1850); livro 4-B (1851 – 1855), o livro 5-B (1855 – 1858) e o livro 6-B (1858 – 1871).

Gráfico 3 – Frequência dos batismos de escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1845-59)

Em que pesem as oscilações, entendo que os dados expostos pelo gráfico 3 deixam claro que, entre meados da década de 1840 e fins dos anos 1850, havia um considerável fluxo anual de batizados de escravos na zona missioneira. Para estabelecer se havia, ou não, uma população escrava estável em tal região, precisa-se considerar outra variável, qual seja, a procedência dos cativos batizados.

Na Matriz de São Francisco de Borja houve uma franca predominância de batizados de cativos crioulos. No primeiro período, 73% dos assentos de batismos são de escravos crioulos contra 27% de africanos. Em Alegrete, por seu turno, o batismo de africanos foi um pouco mais frequente alcançando o índice de 32%, consequentemente, 68% dos escravos batizados eram crioulos. O batizado de escravos africanos nestas duas localidades da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro é indício de que determinada parte dos produtores destas paragens conseguia, através do desempenho de suas atividades produtivas, gerar excedentes suficientes para que se pudesse investir em escravos provenientes do comércio transatlântico de cativos africanos. No segundo intervalo, em São Borja, o batizado de crioulos só não atingiu o índice de 100% porque no dia 20 de novembro de 1859 ocorreu o batizado da

africana Joaquina.[18] O gráfico 4 ilustra o predomínio de batizados de crioulos na pia batismal da Matriz de São Francisco de Borja.



Fontes: ADU, livros de batismos: 1-B (1829 – 1837); 3-B (1845 – 1850); livro 4-B (1851 – 1855), o livro 5-B (1855 – 1858) e o livro 6-B (1858 – 1871).

Gráfico 4 – Distribuição dos assentos de batismos segundo a procedência dos escravos (Vila de São Borja, 1829-37 e 1845-59)

Portanto, se o batizado de escravos for tomado como uma referência indireta para se perceber a vinculação da região com o comércio transatlântico, posso sugerir que a entrada de cativos africanos na Vila de São Borja ficou, praticamente, restrita ao primeiro período abordado. Por outro lado, sendo a maior parte dos batizandos crioulos, na grande maioria frutos da reprodução natural da população escrava em ciclo reprodutivo,[19] parece-me que existia um núcleo de população cativa estável. Estes dados que se referem à procedência dos batizandos corroboram com aqueles do Mapa estatístico de 1858 (apresentados noquadro3), que mostram que entre a população escrava havia um equilíbrio entre o número de homens e mulheres, fato típico de populações cativas que se conservavam por meio da reprodução natural. Ao averiguar, por meio de inventários *post-mortem*, que 21% da população escrava na região da Campanha era composta por crianças, Farinatti "adverte para não se minimizar,

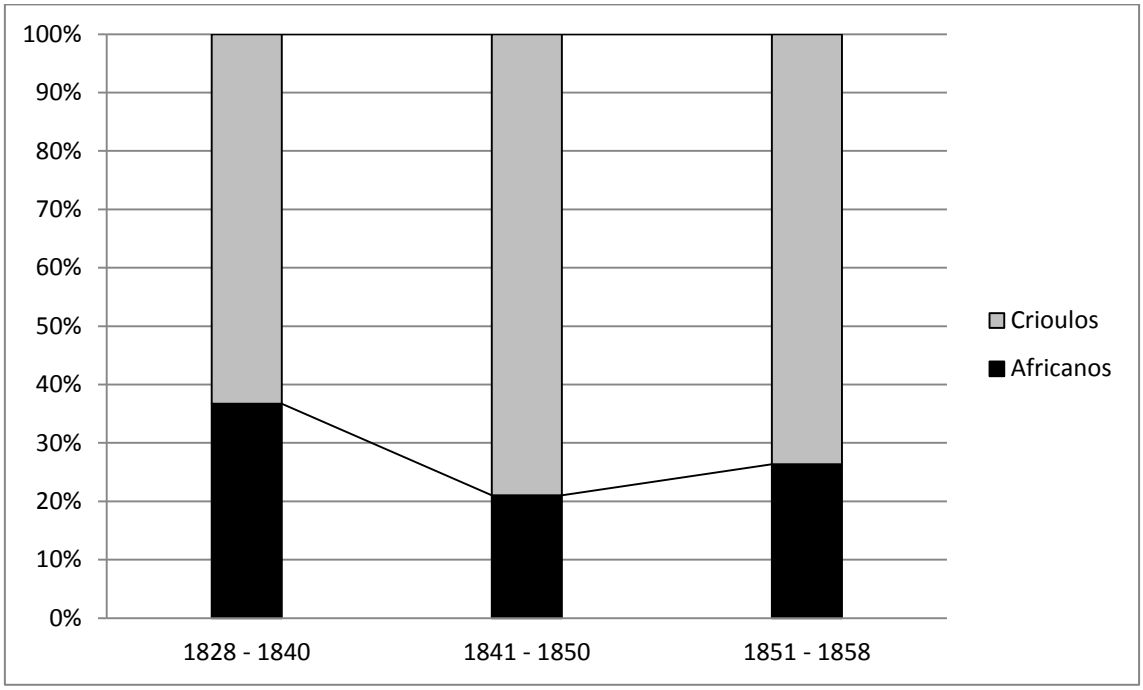
[18] ADU, livros de batismos: 3-B (1845 – 1850), F 190f; F significa folha, e f significa frente.

[19] A média de idade dos 56 batizandos crioulos que tiveram suas idades declaradas entre 1829 e 1837 foi de seis meses, mais 18 batizandos foram descritos como inocentes. No segundo intervalo, 1845 a 1859, 242 batizandos crioulos tiveram suas idades declaradas e a média foi de 1 ano e meio.

demasiadamente, a influência da reprodução endógena desses cativos" (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 351).

Os dados expostos até aqui demonstram que havia um movimento estável de registro de cativos na Matriz de São Francisco Borja, e que a ampla maioria dos batismos era de escravos crioulos, principalmente, no segundo período considerado. Enfim, acredito que estas informações dão base para apontar que havia um núcleo populacional cativo estável na Vila, e que provavelmente a reprodução natural se conformou ao longo do período abordado como o seu principal fator de manutenção.

Para reforçar este argumento, daqui em diante, passo a explorar algumas informações oriundas dos inventários *post-mortem*. Tendo em vista que havia na Matriz de São Francisco de Borja um fluxo constante de batismos de escravos, e que parte considerável deste foi de cativos crioulos, procurei por meio dos inventários averiguar quais foram as proporções de escravos africanos e crioulos arrolados nos dois períodos considerados. Por conseguinte, refinando um pouco mais nosso exame, busquei identificar a característica etária dos cativos segundo as procedências (crioulos ou africanos). Deste modo, pode-se perceber se houve, ou não, em cada um destes grupos, a tendência de envelhecimento ao longo do período.



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante, APERS).

Gráfico 5 – Procedência dos escravos inventariados na Vila de São Borja

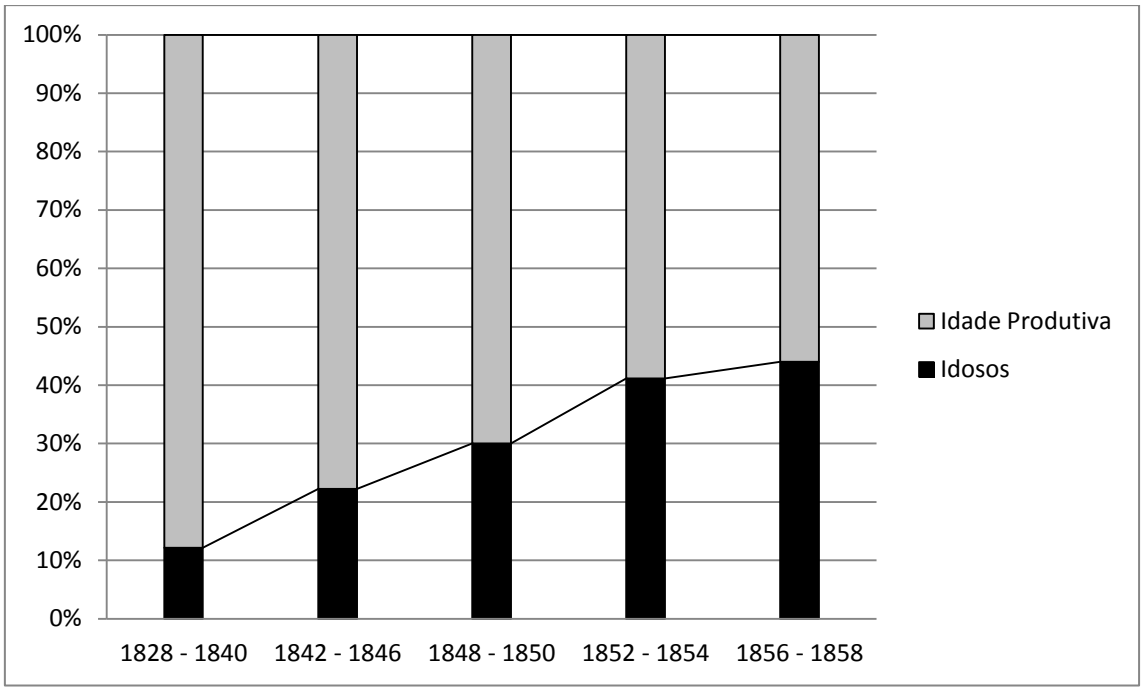
O gráfico 5 apresenta que do primeiro para o segundo período houve uma considerável redução na proporção de escravos africanos inventariados. Se no primeiro período os

africanos atingiram o percentual de 37%, no segundo chegaram apenas a 21%, uma queda de dezesseis pontos percentuais. Mesmo que tenha havido uma pequena recuperação na década de 1850, quando atingiu 26%, a representatividade dos africanos entre os escravos inventariados não voltou ao patamar do primeiro intervalo.

Estes dados me parecem coerentes com as informações que indicam que os batismos de africanos ficaram quase que absolutamente restritos ao primeiro período. Se os batismos podem ser considerados como um indício do ingresso de africanos na região, pode-se perceber que a população de cativos africanos de um período para o outro passou a não ser reposta. Situação que acabou refletindo na redução de africanos inventariados da década de 1830 para as posteriores. Logo, estes dois dados interpretados em conjunto sinalizam para uma tendência de diminuição da população de escravos africanos.

Complementando o exame, averigua-se como se comportou a estrutura etária dos escravos (africanos e crioulos) inventariados ao longo do tempo. Para examinar se as populações de africanos e crioulos inventariados apresentaram, ou não, uma tendência de envelhecimento no decorrer das três décadas consideradas, levantei em cada um destes grupos o número de cativos adultos e idosos. De uma amostra de 99 inventários em que foram descritos 692 escravos, consegui identificar a idade de 668 deles. Nesta análise excluí da amostragem as 240 crianças (menores de 15 anos) inventariadas. Por meio do exame das proporções de adultos e idosos[20] no conjunto das diferentes populações percebi dois comportamentos distintos. O gráfico 6, abaixo, mostra a tendência de envelhecimento da população de escravos africanos.

[20] As faixas etárias seguem o padrão utilizado por Thiago Araújo (2008), qual seja, idade produtiva de 15 a 45 anos, e idosos acima de 45 anos.

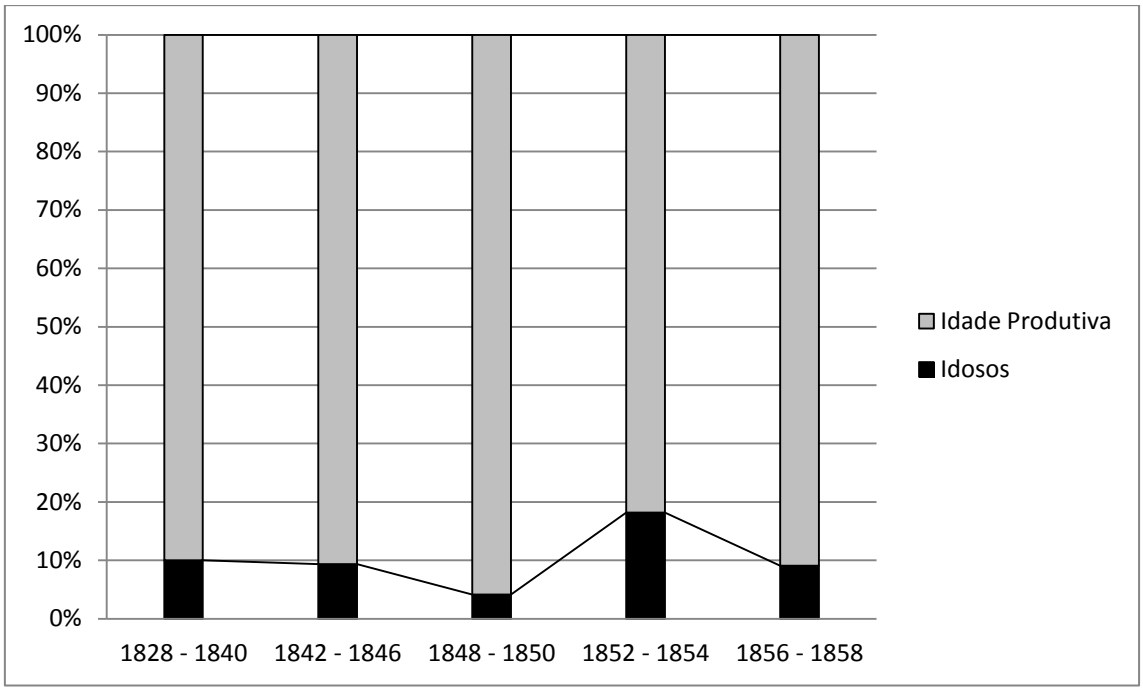


Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Gráfico 6 – Proporção de escravos africanos adultos e idosos no conjunto da população escrava inventariada (Vila de São Borja, 1828 –1858)

Como pode-se observar, a proporção de idosos na população de escravos africanos inventariados aumentou paulatinamente ao longo do tempo. Entendo que o significativo envelhecimento da população africana inventariada vai ao encontro do que nos sugeriu os dados sobre o batizado de africanos na Matriz de São Francisco de Borja, ou seja, de que os senhores desta região haviam deixado de recorrer ao mercado negreiro antes mesmo de sua proibição definitiva em 1850. Assim, sem o ingresso de africanos jovens na região, a população africana envelhecia gradativamente, como demonstrou o gráfico 6.

Com a população de escravos crioulos inventariados, a representatividade entre adultos e idosos ao longo do tempo apresentou conduta diversa. A proporção de idosos crioulos somente no intervalo de 1852 a 1854seaproximou da marca dos 20%. A população de crioulos, portanto, manteve-se jovem no decorrer das décadas de 1830, 1840 e 1850. Creio que esse processo foi consequência dareprodução natural da população escrava. O gráfico 7 ilustra este comportamento.

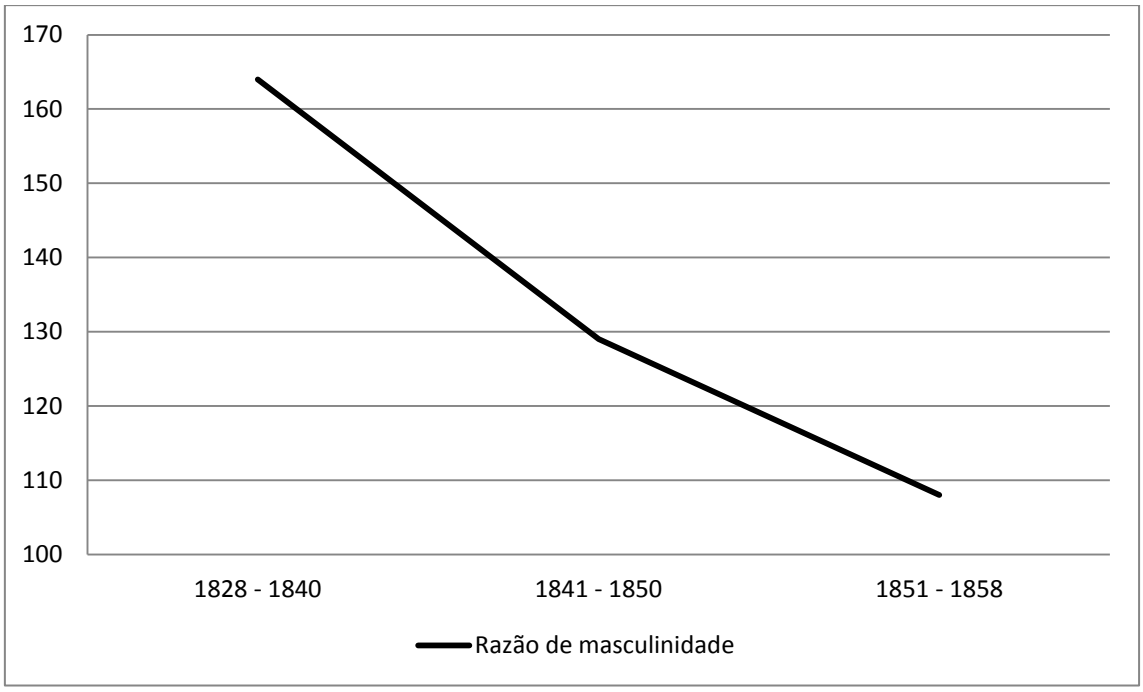


Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Gráfico 7 – Proporção de escravos crioulos adultos e idosos no conjunto da população escrava inventariada (Vila de São Borja, 1828 –1858)

A análise conjunta dos gráficos 6 e 7 permite perceber que, enquanto a população de africanos envelhecia de forma gradual, provavelmente, porque os senhores deixaram de recorrer ao comércio de escravos africanos bem antes de sua proibição em 1850, a população de crioulos se mantinha jovem devido à reprodução natural da população escrava. Essa tendência, por seu turno, fez com que paulatinamente a população escrava da região fosse se caracterizando por um relativo equilíbrio entre o número de homens e mulheres, circunstância esta que foi retratada pelo Mapa Estatístico de 1858 (ver quadro 3), e que também pode ser notada através da taxa de razão de masculinidade da população cativa inventariada.[21]

[21] A razão de masculinidade indica quantos homens existem para cada 100 mulheres. Calcula-se a razão de masculinidade multiplicando por 100 (cem) o resultado da divisão entre o número absoluto de homens pelo número absoluto de mulheres. Ver: SCHWARTZ [1988] 2011, p. 287.



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Gráfico 8 – Razão de masculinidade da população escrava inventariada (Vila de São Borja, 1828 –1858)

Como pode-se ver, a razão de masculinidade despenca de 164 no primeiro período para 108 no terceiro. Acredito, portanto, que esta é mais uma forte evidência de que o núcleo populacional estável de cativos da região das Missões se conservava pela reprodução natural. Todavia, poderia se argumentar, que os produtores tivessem adquirido ou vendido escravos crioulos via tráfico interno de escravos. Situação que parece ter ocorrido no início do Oitocentos em todo o Rio Grande de São Pedro. Helen Osório (2005) averiguou que nas primeiras décadas do século XIX, 66% da população crioula era composta por homens. Segundo a autora,

> esta alta taxa de crioulos do sexo masculino provavelmente indique que sua maior presença no conjunto da população escrava não se deva à reprodução dos cativos no Rio Grande, mas à compra de escravos crioulos via tráfico interno à América portuguesa (OSÓRIO, 2005, p. 6).

No entanto, em virtude da envergadura econômica dos produtores da Vila de São Borja, creio que esta região teria estado mais propensa a perder escravos do que a recebê-los.[22] A constância nos batizados de escravos (gráficos 2 e 3), principalmente no período entre 1845 a 1859 que teve uma leve tendência de aumento de batismos, leva-me a crer que a região

[22] Infelizmente, o sub-registro das notas de compra e venda de escravos me impediu de avaliar o impacto do comércio intra e interprovincial na Vila de São Borja. Até o ano de 1859 foram registradas apenas 19 notas de compra e venda de cativos nos cartórios da Vila. Destas, 12 eram de homens e 7 de mulheres. Sobre a estrutura econômica da região das Missões no período considerado neste artigo ver: FONTELLA (2013).

nem ganhou nem perdeu escravos em quantidade significativa que pudesse ter, de alguma forma, ocasionado alguma modificação na estrutura demográfica da população cativa que ali habitava. Assim, compreendo que a conservação do núcleo estável de cativos da região se deu, sobretudo, graças à reprodução natural da população escrava.

Considerações finais

Neste artigo, busquei demonstrar que um importante núcleo populacional cativo conformou-se na região das Missões desde os primórdios do século XIX. Além das estatísticas da época, que se caracterizam por sua fragilidade, lancei mão de registros paroquiais de batismos e inventários *post-mortem*.

Por meio dos levantamentos demográficos do início e de meados do século XIX foi possível conjecturar que a necessidade de se dispor de trabalhadores estáveis externos ao grupo familiar, até mesmo entre os produtores mais modestos, fez com que se formasse na região das Missões um importante contingente populacional escravo já no princípio do povoamento luso-brasileiro nas primeiras décadas dos oitocentos. A disponibilidade de trabalhadores livres estáveis era afetada pela endemia bélica e a instabilidade institucional pela qual passava a região. Os dados do censo de 1814 sugerem que a mão-de-obra cativa se constituiu na maneira mais segura de contar com trabalhadores estáveis diante do quadro de guerra constante e vicissitudes institucionais.

Destaquei também que no decorrer do período abordado o batizado de escravos na Matriz de São Francisco de Borja ocorreu de forma contínua. Isto insinua que na região das Missões se consolidou um núcleo populacional estável de cativos. No primeiro momento considerado houve um razoável ingresso de africanos na região, porém a entrada destes ficou restrita a este período.

Na sequência, pôde-se ver que em virtude da falta de reposição a população africana inventariada envelhecia. Enquanto isso, a população crioula se manteve jovem graças à reprodução natural. Esses fatores fizeram com que a taxa de razão de masculinidade da população escrava inventariada se reduzisse muito, expressando um contexto de equilíbrio entre o número de homens e mulheres escravos na década de 1850. Enfim, a interpretação em conjunto destes dados leva-me a crer que a reprodução natural esteve entre os principais fatores responsáveis pela manutenção daquele núcleo populacional estável de escravos, o qual, por sua vez, cumpria um papel fundamental na estrutura produtiva da região e na conformação das hierarquias sociais.

Recebido em: 02.06.2015. Aprovado em 07.08.2015.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, T. L. de. **Escravidão, fronteira e liberdade:** políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008 [dissertação de mestrado].

BANDEIRA MONIZ, L. A. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:** da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Revan / Brasilía: UnB, 1998.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1962] 2003.

FARINATTI, L. A. E. **Confins Meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865). Santa Maria, RS: Editora da UFSM, [2007] 2010a.

_____. Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845). In: **Anais do X Encontro estadual de História**, 2010, Santa Maria (RS). 2010b.

_____. Relações parentais de escravos, libertos e indígenas na fronteira meridional (1817-1844): primeiras notas de pesquisa. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2011a.

_____. Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo (SP). **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH** - Associação Nacional de História, 2011b.

_____. Os escravos do Marechal e seus compadres: hierarquia social, família e compadrio no sul do Brasil (c. 1820-c.1855). In: XAVIER, R. C. L. X. (Org.). **Escravidão e liberdade:** temas, problemas e perspectivas de análise. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 143-175.

FONTELLA, L. G. **Sobre as ruínas dos Sete Povos:** estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no espaço oriental missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828-c.1860). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013[dissertação de mestrado].

_____.O Pastoreio bovino na região das Missões (Rio Grande de São Pedro, 1828 - 1858). In: **Anos 90**. v. 21, n. 40, 2014a, p. 389-423.

_____. Em se plantando tudo dá: agricultura e diversidade produtiva (região das Missões, Rio Grande do Sul, 1828–1860). In: **História Unisinos**. v. 19, n. 1, 2015, [no prelo].

_____.A pecuária muar na região das Missões (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828 - c. 1860). In: Anais do XII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: História, verdade e ética, 2014b.

FREITAS, D. **Escravos e senhores de escravos**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

_____. **O Capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

GOLIN, T. **A fronteira:** governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre (RS): L&PM, 2002.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, [1978] 1988.

MAESTRI, M. J. **O escravo no Rio Grande do Sul:** A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

OSÓRIO, H. **O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, [1999] 2007.

PETIZ, S de S. **Caminhos Cruzados:** famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). São Leopoldo (RS): PPGH/UNISINOS, 2009 [tese de doutorado].

PERUSSATTO M. K. **Como se de ventre livre nascesse:** experiências de cativeiro, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2010. (Dissertação de Mestrado)

MENZ, M. M. O Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX: atividades pecuárias na fronteira oeste. In: **História UNISINOS**, Vol. 6, n. 5, 2002, p. 159 – 174.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1820-21] 2002.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, [1988] 2011.

SILVEIRA GUTERRES, Letícia B. **Para além das fontes:** im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria – 1844 – 1882). Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2005, (Dissertação de Mestrado).

TEIXEIRA, L. **Muito mais que senhores e escravos:** relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008. (Dissertação de Mestrado).

ZARTH, P. A. **Do Arcaico ao Moderno:** as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX. Passo Fundo: Editora da UPF, [1994] 2002.

ZETTEL, Roberta F. V. **De mútuo consentimento:** os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo (1845 a 1865). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2011. (Dissertação de Mestrado).

Referências documentais

Censo de 1814. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 50.

Mapa Estatístico de 1858. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 69.

Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), livros de batismos: 1-B (1829 – 1837); 3-B (1845 – 1850); livro 4-B (1851 – 1855), livro 5-B (1855 – 1858) e livro 6-B (1858 – 1871).

ADU, livro de batismos 2 da Capela da Vila de Alegrete (1829-1837).

Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).